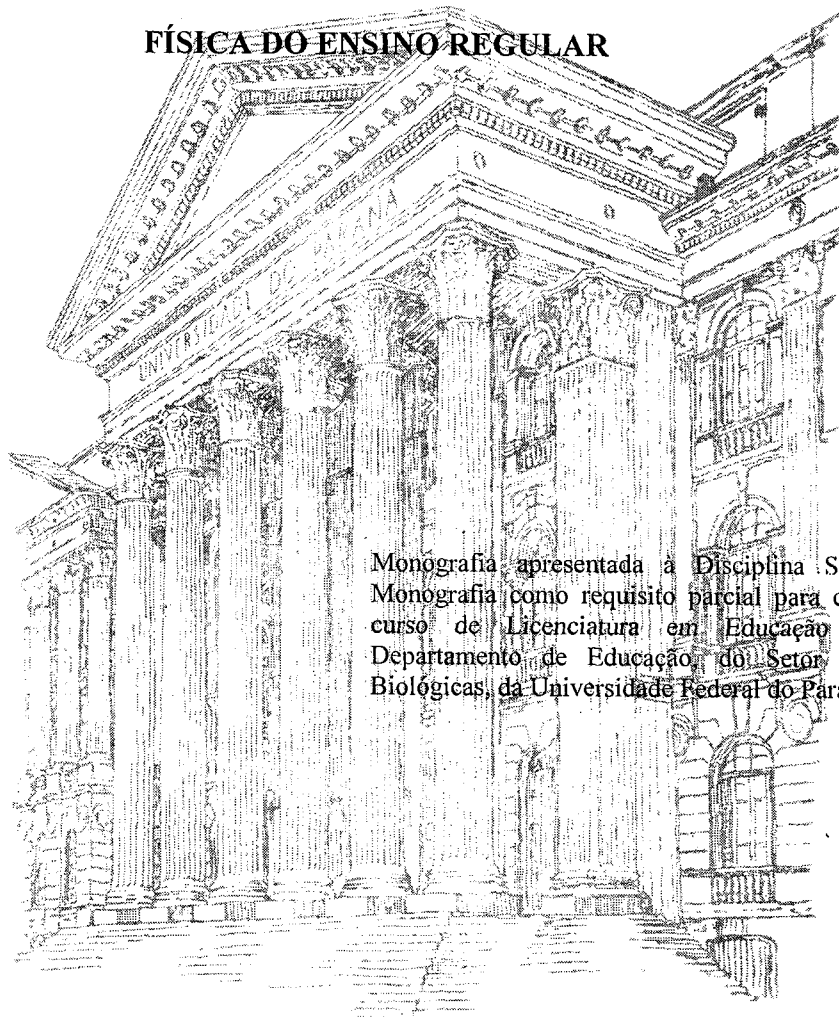


**DANIELE ZULAUF MIRANDA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO**

**FÍSICA DO ENSINO REGULAR**



Monografia apresentada a Disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA**  
**1999**

**DANIELE ZULAUF MIRANDA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS  
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA**

**1999**

**DANIELE ZULAUF MIRANDA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS  
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Professora orientadora: Mestre Ruth Eugênia Amarante Cidade e Souza.

**CURITIBA**

**1999**

**ii**

**“Uma vida sem busca  
não é digna de ser vivida”**

**SÓCRATES**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia à minha família que foi um suporte muito importante durante minha carreira acadêmica e que sempre me incentivou a estudar, procurando mostrar-me sempre o melhor caminho para se alcançar algo na vida.

Também por ter investido sempre em minha educação, da melhor maneira possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus  
e a todas as pessoas que, de alguma forma,  
contribuíram para a concretização deste trabalho:  
professores, meus avós, aos amigos,  
e em especial a dedicação da professora  
M. Ruth Eugênia Cidade Souza

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
1- TEMA.....	01
2- PROBLEMA.....	01
3- JUSTIFICATIVA.....	02
4- OBJETIVOS.....	03
4.1. Objetivo geral.....	03
4.2. Objetivos específicos.....	03
5- METODOLOGIA.....	03
6- REVISÃO DE LITERATURA.....	04
6.1. Pessoas com necessidades especiais.....	04
6.1.1. Deficiência física.....	08
6.1.1.1. Causas da deficiência física.....	10
6.1.1.2. Tipos de deficiência física.....	12
6.2. Inclusão.....	13
6.2.1. Inclusão escolar.....	14
6.3. A educação física para o deficiente físico.....	20
6.3.1. O desporto para o deficiente físico.....	25
6.4. Pressupostos teóricos para a inclusão de alunos deficientes físicos nas aulas de educação física no ensino regular.....	27
6.4.1. O professor de educação física na escola inclusivista.....	30
7- CONCLUSÃO.....	33
8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

## RESUMO

Hoje, se fala muito em inclusão, porém pouco ou quase nada se faz para que este movimento aconteça e, o que é pior, muitos educadores ainda nem compreenderam o seu significado. Sabe-se que a inclusão surgiu com a aprovação da Declaração de Salamanca, em 1994 e, tornou-se legal e “obrigatória” com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, na qual encontra-se que a pessoa com necessidades especiais deve estudar, preferencialmente, na rede regular de ensino. Porém, ainda falta muito para esta realidade se tornar positiva. Por outro lado, o deficiente físico é ainda discriminado em decorrência de sua aparência física, haja vista que está, na maioria das vezes, fora de padrões de estética aceitáveis. Este deficiente físico, porém, tem direito, conforme expressa a Constituição Federal, à educação, trabalho, lazer, esporte como qualquer cidadão, mas, na maioria das vezes, ele não pode nem sair de casa devido as barreiras arquitetônicas e, o que é pior, devido as barreiras atitudinais. Por isso, a inclusão vem de encontro a esta problemática, inserindo este aluno na escola regular, para que sua convivência seja a mais próxima de qualquer cidadão, assim como a sociedade estará em contato com essa pessoa deficiente e discriminada.

## INTRODUÇÃO

### 1- TEMA

Inclusão de alunos deficientes físicos nas aulas de educação física do ensino regular.

### 2- PROBLEMA

A educação é alvo de muitos estudos e discussões. Dessa forma, por meio da CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988), no artigo 208, parágrafos I e III, encontra-se:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Portanto, aqui há o envolvimento do Estado e sua obrigatoriedade. E ainda, o artigo 205 da mesma constituição preconiza que a educação é direito de todos e dever do Estado.

Por outro lado, a Declaração Universal dos Direitos Homem, que garante a educação para todos, indistintamente, quaisquer que sejam suas origens ou condições sociais, a educação deve ser sempre melhorada. Por isso, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a educação geral tomou novos rumos.

Na educação especial essas mudanças se intensificaram ainda mais, pois no Artigo 58 do Capítulo V da Lei 9394/96, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Desta forma, a idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, isso porque, antigamente, elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, estudar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 1997).

Hoje, felizmente, essa concepção está mudando e, com isso, algumas escolas já estão abertas a receberem pessoas com deficiência para participarem do seu contexto escolar.

Portanto, faz-se esta alusão em decorrência da discussão envolta no tema educação especial x inclusão escolar. Tal fato, leva os professores, em alguns casos, a não saber que atitude tomar. Por outro lado, a inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais já está posta, dessa forma, o problema a ser estudado reside no fato de saber **quais os pressupostos teóricos para a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física do ensino regular?**

### **3- JUSTIFICATIVA**

A inclusão de pessoas com deficiência na educação geral vem sendo implementada há pouco tempo no Brasil. Ela se baseia nos princípios de aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, bem como na aprendizagem cooperativa (SASSAKI, 1997). Porém, estes princípios não se restringem apenas aos alunos especiais e sim, a todos os alunos da escola, pois cada aluno é um, tem suas dificuldades e potencialidades, cabendo ao professor o seu descobrimento e aplicação.

Porém, ainda se sabe pouco sobre esta temática, principalmente no que tange a educação física. Desta forma, é imprescindível que se conheça as pessoas com deficiência, bem como sobre esta nova postura, a de atender os alunos especiais na rede regular de ensino. Por isso, justifica-se este estudo em decorrência do surgimento da inclusão, haja vista que é um movimento que já está na escola.

Ressalta-se que este assunto é de suma importância, pois é um fato recente e há pouco referencial bibliográfico. Desta forma, há a preocupação em auxiliar outras pessoas, no caso professores que já estão trabalhando com a inclusão e tentar clarear tal posicionamento, no sentido do dever do educador, pois é importante saber como trabalhar com o deficiente físico nas aulas de educação física.

E ainda, sabendo-se que está se buscando um aprimoramento da qualidade de ensino brasileiro e que a inclusão já existe, é necessário que se crie novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos alunos e compatíveis com

os ideais democráticos de uma educação para todos. Pois, como afirma MAZZOTTA (1987, p. 33), a educação de uma pessoa acontece quando há a possibilidade de transformação, ou seja, quando esta se deixa transformar ou quando lhe é permitido transformar. Tais situações de educação são determinadas por um grande número de fatores e constituem um conjunto muito complexo, tanto no tempo como no espaço. Assim, uma situação de educação pode ser permanente ou ocasional e pode ocorrer em locais variados, tais como em casa, no hospital, na escola, na igreja, etc. Por outro lado, sabe-se que a educação procede não só de situações não-programadas, chamadas de informais, que decorrem da necessidade do homem, mas há também as situações programadas, formais, que se realizam através de instituições sociais, próprias, que procuram dirigir e orientar a pessoa para determinados fins, no caso, a educação.

#### **4- OBJETIVOS**

##### **4.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar os pressupostos teóricos da inclusão escolar para os alunos com deficiência física, nas aulas de educação física.

##### **4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Contextualizar o deficiente físico, bem como a realidade do aluno com necessidades especiais.
- Verificar o processo de inclusão escolar, principalmente nas aulas de educação física.

#### **5- METODOLOGIA**

A natureza da pesquisa será histórica e o âmbito da implementação é a pesquisa bibliográfica, utilizando-se para isso de documentos, livros, jornais, revistas, internet, teses e dissertações para se alcançar um resultado positivo e aceitável.

O período de abrangência de tal estudo será de Julho de 1999 a Outubro de 1999, tendo como população os deficientes físicos que estão incluídos nas aulas de educação física do ensino regular.

A síntese da investigação é a ação transformadora que mostra um outro procedimento para uma possível solução, cujo resultado poderá ser tema para outra pesquisa.

## **6- REVISÃO DE LITERATURA**

### **6.1. Pessoas com necessidades especiais**

Em qualquer sociedade existem valores culturais que se substanciam no modo como a sociedade está organizada. São valores que se refletem, imediatamente, no pensamento e nas imagens dos homens e norteiam as suas ações. São valores que terminam por se refletir nas palavras que os homens se exprimem. Assim sendo, em todas as sociedades a palavra “deficiente” adquire um valor cultural segundo, padrões, regras e normas estabelecidas no bojo de suas relações sociais, principalmente no que tange o corpo (BAGATINI, 1987, p. 12).

Afirma-se isso pois, ao longo da história humana, o homem apresenta inúmeras variações na concepção e no tratamento de seu corpo, bem como nas formas de comportar-se corporalmente, revelando as relações do corpo com um determinado contexto social. Desse modo, variam as técnicas corporais relativas a movimentos como andar, pular, correr, nadar, etc., inserindo-se aí, sentimentos de aparência do próprio corpo (perfeição, pudor, vergonha, ideais de beleza, etc.), bem como também valores culturais (conhecimento adquirido, inteligência, habilidades, etc.). É neste sentido, o de incorporar, no contexto social a “diferença” e alienar as pessoas segundo seus valores e possibilidades de atuação que se insere a pessoa com necessidades especiais.

A realidade natural é diversa: os homens não são fisicamente todos iguais. É claro que fazem parte da mesma espécie, mas cada um tem altura diferente, cor de pele e de olhos diferentes, peso, etc. As pessoas deficientes, talvez, sejam um pouco mais diferentes, já que podem possuir sinais ou seqüelas mais notáveis, mas a realidade social também é diversa, os homens também não são todos iguais e, não é porque os homens são naturalmente diferentes entre si que devem ser socialmente diferentes.

Verifica-se portanto, que se vive em sociedades nas quais os homens são socialmente desiguais. Parafraseando RIBAS (1993, p. 20), observa-se que

sociedades problemáticas, com profundas divisões entre classes sociais. Muito mais crítica de que a divisão entre deficientes e não deficientes, a divisão estrutural entre classes permeia todas as demais divisões. Se a “sociedade” está dividida entre ricos e pobres, empresários e trabalhadores assalariados, e, ainda, entre superiores e inferiores, melhores e piores, estas divisões vão acabar por permear todas as outras. Nesta concepção, trata-se de que todos são, de fato, diferentes socialmente porque construíram e foram construídos neste mecanismo de relações que os diferenciam.

Entretanto, ROSADAS (1995, p. 34) afirma que, em se tratando de realidade social, sob ponto de vista fisiológico, ou seja, “como um corpo humano”, com órgãos que se relacionam entre si numa estruturação, é necessário que se deva trazer o equilíbrio e a harmonia para este corpo. Assim sendo, para que não se quebre o equilíbrio, não pode haver “órgãos estragados” ou em “mau funcionamento”. Por isso, um corpo “deficiente” não é um “corpo social” bem estruturado e em ordem. Desta forma, não é toda a sociedade que estaria fragmentada, mas apenas uma parte dela seria considerada “fora do normal”. Isso equivale dizer que, um corpo humano, ao apresentar qualquer mal formação ou deficiência, não é um corpo estruturalmente em ordem. Um corpo deficiente seria, sob este raciocínio, um corpo que apresenta necessariamente disfunções, incapacidades e não estaria em ordem. Um corpo que não está em ordem, conseqüentemente, não poderá alcançar o progresso tão desejado, nesta concepção social, pois a sociedade valoriza o corpo perfeito.

Assim é o homem, assim é a sociedade, assim é o mundo, que em sua forma de sentir, pensar e agir estabelece-se um círculo vicioso em níveis de produtividade e perfeição refletindo-se diretamente na competitividade. Desta forma, a pessoa com necessidades especiais é considerado, neste processo, como um “ser deficiente”, pois este apresenta baixa ou nenhuma produtividade.

Outro valor muito cultuado pela sociedade é o “valor do sucesso”. As pessoas se dispõem numa hierarquia tal que tem mais êxito nos seus papéis predeterminados, maior status terá. Isto é estigma. Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitem identificar quais pessoas são estigmatizadas. Uma

pessoa traz em si o estigma social da deficiência. Contudo, é estigmatizada porque se estabeleceu que ela possui uma certa deficiência, uma marca que a distingue pejorativamente das outras pessoas. Mais do que isso: muitos dos considerados “diferentes” introjetam essa divisão como se ela fosse absolutamente natural. Aceitam a consideração de “diferentes” e admitem até a condição de “inferiores”.

O deficiente é a própria encarnação da assimetria, do desequilíbrio, das disfunções. Assim, sua desfiguração, sua mutilação, ameaça intrinsecamente as bases da existência do outro. Seu existir põe em movimento uma gigantesca pá de moinho que, descontrolada subitamente, ameaça transformar energia, gerada costumeiramente com tranquilidade, numa torrente quase incontrolável, um caudal de águas turbulentas (AMARAL, 1994, p. 26).

Porém, mesmo que a ONU (Organização nas Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial de Saúde) tenham tentado eliminar a incoerência dos “conceitos”, a palavra “deficiente” tem um significado muito forte. De certo modo, ela se opõe a palavra “eficiente”. Ser deficiente, antes de tudo, é não ser “capaz”, não ser “eficaz”. Pode até ser que, conhecendo melhor a pessoa, venha-se a perceber que ela não é tão “deficiente” assim. Mas até lá, em segunda ordem, o “deficiente” é o “não eficiente” (RIBAS, 1993, p. 18).

O outro, o diferente, o deficiente, representa muitas e muitas coisas. Representa a consciência da própria imperfeição daquele que vê, espelha suas limitações, suas castrações. Representa, também, o sobrevivente, aquele que passou pela catástrofe e a ela sobreviveu, com isso, acenado com a catástrofe em potencial, virtualmente suspensa sobre a vida do outro. Representa, ainda, uma erida narcísica em cada pai, em cada profissional, em cada comunidade. Representa um conflito não camuflável explícito em cada dinâmica de interrelações. De qualquer forma, representa uma chaga em pele idealizadamente ameaça, perigo.

Destacando-se pontos especificamente voltados para a questão do ser deficiente/diferente, em seu universo de relações, encontra-se uma primeira ponderação que se coloca sobre a postura defensiva, pois para aquele que está armado, defendido, é quase impossível relacionar-se com transparência. Na medida em que são acionados os mecanismos de defesa, é quase impraticável olhar para si mesmo, quanto mais para o outro. A visão, distorcida pela máscara da armadura, empana-se, tolda-se.

Não se pode olhar para o outro e aceitá-lo tal como ele é, não se pode enxergar o mundo pelo seus olhos, não se pode compartilhar seu sofrimento. E o

sofrimento próprio é maior, é tão grande que “cega”. Desta forma, há duas formas de fugir ao problema deficiência: rejeição e negação. A forma explícita da rejeição é o “abandono” explícito, indireto, quando embora se possível, não se investe no amor, na energia, na dedicação, no tempo para a superação das limitações, obstáculos e sofrimentos. Um segundo tipo de rejeição é a “superproteção”, que é formação recreativa que transforma o afeto, o sentimento num sentido contrário, que tem como característica principal, ou decorrência, deslocar o centro da relação para o protetor, protagonista ele da situação, desvitalizando o desprotegido “protegido”, deslocando o eixo vital do outro para si.

A outra forma de rejeição seria a “negação”, este sim, como todos os mecanismos psicológicos de defesa, está muito presente na questão da deficiência. A negação, por sua vez, apresenta-se pelo menos, de três formas: por atenuação, por compensação e por simulação. A atenuação, freqüentemente, expressa pelas frases do tipo “não é grave”, ou, “poderia ser pior”, etc. retirando do deficiente e de quem compartilha com ele, a possibilidade de dimensionar adequadamente as conseqüências da deficiência, as limitações e as próprias superações. A compensação poderia ser uma ferramenta preciosa, se usada por si e não para instrumentalizar a negação. Serve, fundamentalmente, para mascarar a realidade, minimizar o sofrimento real. A simulação (forma de negação esquematizada) tem, também, conseqüências que se pode chamar de funestas. É expressa pela idéia contida no “como se”, ou seja “é cega, mas é como se não fosse”, porém, continua sendo, apesar de todo “como se” do mundo (AMARAL, 1994, p. 32 - 33).

Em comum, as três formas de negação têm os prejuízos que podem causar ao diferente, deficiente, à sua família, aos profissionais que com ele interagem, sérias seqüelas intranstornáveis.

A verdade é que esta tal sociedade é assim, discriminadora e excludente, ela é assim porque os homens que nela habitam construíram, historicamente, e reproduzem divisões estruturais entre classes, divisões estas permeadas por conflitos inconciliáveis, com desdobramento múltiplos, que determinam todas as exclusões e discriminações efetuadas.

É necessário repensar na forma como as pessoas com necessidades especiais são tratadas, pois, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 450 milhões de pessoas da Terra apresentam uma forma ou outra de deficiência

física ou mental. Aproximadamente 15 milhões destas são brasileiras, ou seja, uma em cada dez pessoas (10%) da população nacional. A grande maioria das pessoas deficientes mora em países em vias de desenvolvimento.

Do total estimado pela ONU de 15 milhões de brasileiros, SASSAKI (1997) apresenta o seguinte quadro:

<b>DEFICIÊNCIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>	<b>TOTAL / HABITANTES</b>
Deficiência Mental	5%	7.500.000
Deficiência Física	2%	3.000.000
Deficiência Auditiva	1,5%	2.250.000
Deficiência Múltipla	1%	1.500.000
Deficiência Visual	0,5%	750.000
<b>TOTAL</b>	<b>10%</b>	<b>15.000.000</b>

Frisa-se que o parâmetro usado pela ONU - o de 10% da população com alguma deficiência - refere-se aos países desenvolvidos, pois, quando usado para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, pode chegar até 25%. Daí pode-se projetar que, em alguns casos, incluindo familiares e parentes, tem-se 50% do total da população sendo afetados pelos fatores decorrentes da deficiência, o que em última instância se reflete também no desenvolvimento do país.

Portanto, é um número relativamente grande e que merece atenção e respeito.

#### 6.1.1. Deficiência física

Sob o aspecto da aparência física e das características psicológicas, verifica-se que há diferenças inter-individuais. Porém, geralmente, essas diferenças não despertam a atenção, passando, inclusive, despercebida entre as pessoas. Mas, aquelas resultantes de deficiências, como a mental, as sensoriais e as físicas, destacam-se muito - talvez por apresentar maior visibilidade - despertando os sentimentos mais variados entre as pessoas, que são consideradas normais. São estes os motivos, além do preconceito e do desconhecimento, que levam os deficientes físicos a terem tanta dificuldade de inclusão, seja escolar, seja social.

Para melhor compreensão deste estudo, define-se a deficiência física, como sendo “uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênitas ou adquiridas” (MEC /SEESP, 1994, p. 14).

As pessoas com deficiência física constituem um grupo heterogêneo, chegando, segundo estimativas, a 2% da população, cuja deficiência nem sempre afeta a parte mental, mesmo que haja uma invalidez. É uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más - formações congênitas ou adquiridas.

Com relação a deficiência motora, esta se caracteriza por um distúrbio da estrutura anatômica ou da função, que interfere na movimentação e/ou locomoção do indivíduo (TELFORD e SAWREY, 1978; SEAMAN e DePAUW, 1982 apud FREITAS E CIDADE, 1997, p. 45).

Até meados dos anos setenta, a questão de deficiência no Brasil sempre foi encaminhada pelos técnicos ou responsáveis, considerados especialistas na área. A meta principal do grupo era o atendimento assistencialista aos deficientes dentro das instituições. Porém, a sociedade ainda permanece inflexível, demandando as mesmas obrigações de uma pessoa sem deficiência para uma com deficiência.

É necessário que o trabalho com o deficiente físico seja direcionado para as suas potencialidades, pois, ao se colocar em foco uma alteração aberrante, somente se está contribuindo com a sua alienação e diminuindo a possibilidade de levá-lo a ter uma vida normal.

ROSADAS (1995, p. 34) afirma que o deficiente físico, como pessoa, apesar de sua limitação, possui as mesmas necessidades básicas de uma pessoa sem deficiência. Apesar de sua aparência física, ele também quer ter sucesso, reconhecimento, aprovação e ser desejado. Necessita de oportunidades especiais para uma auto-exploração, de modo a tornar-se envolvido com alguma coisa. A sua incapacidade não evita, necessariamente, que ele obtenha sucesso e ganhe reconhecimento. A sociedade tem uma obrigação e um desafio especial ao considerar as necessidades de uma pessoa deficiente, indo de encontro às suas

necessidades, de modo a preservar, da melhor maneira possível, a sua integridade moral e a sua dignidade.

Freqüentemente, a aparência física do deficiente físico é notadamente diferente, sendo, às vezes, "feia" e isto o priva de atividades normais da vida. Quanto mais diferente for sua aparência, maior será a possibilidade do deficiente ser alvo de chacotas, de ser ridicularizado e ser motivo de pena, uma atitude que servirá para aumentar e perpetuar o conhecimento da sua diferença.

É necessário frisar que o sucesso do deficiente físico em alguma atividade não é só vital, mas deve ser repetido freqüentemente. Além disso, ele precisa que seus sucessos, mesmo mínimos, sejam reconhecidos mais do que uma pessoa sem deficiência.

A sua contribuição, com freqüência, requer um esforço exaustivo que vai além daquele imaginado por um indivíduo normal. Ele precisa ser reconhecido não somente pela sua integridade individual, mas também pela sua contribuição ao esforço do grupo como um todo. Freqüentemente, as necessidades psicológicas da pessoa deficiente requerem um nível não-comprometedor de realizações. Dessa forma, quanto mais freqüente as suas respostas físicas individuais elicitarem o reconhecimento pessoal, mais rápido os seus sentimentos de inferioridade (ADAMS, 1985, p. 02).

E, assim que a pessoa deficiente experimenta o sucesso, ela geralmente irá procurar tarefas mais difíceis e que requeiram maiores esforços. Afirma-se que esses esforços devem aumentar tanto quantitativa quanto qualitativamente, isto é, por meio da progressão de habilidades adquiridas, o deficiente irá demonstrar uma melhora no nível de competência.

Portanto, à medida que o deficiente físico continua a fazer contribuições significativas, outras pessoas irão acreditar na sua capacidade. Isto faz com que ele ganhe reconhecimento e aprovação, ao mesmo tempo que satisfaz a sua própria curiosidade sobre a sua habilidade de sucesso. Desta forma, ele utiliza o seu potencial para obter vantagens máximas, apesar de sua deficiência.

#### 6.1.1.1. Causas da deficiência física:

Existem diversos fatores determinantes de uma deficiência física, podendo afetar, em maior ou menor grau, o potencial funcional da pessoa. Apresenta-se as seguintes causas da deficiência física:

1- Por causas pré-natais, entende-se problemas ocorridos durante a gravidez que podem lesar o feto. Dentre elas, estão:

- infecções pelo cordão umbilical: a mãe pode passar através do sangue, bactérias, vírus e outros microorganismos que causam infecções. Essas infecções podem causar lesão no feto. De acordo com DUARTE e WERNER (1995), as principais são:

- toxoplasmose: é uma doença que a mãe contrai através de contato com animais como coelhos, pombos, gatos e ratos, e transmite para o feto através da corrente sanguínea. A criança poderá vir a ter comprometimento na formação do crânio, ter lesões no sistema nervoso, nos olhos, ouvidos entre outros.

- sífilis: doença que se transmite através de contato sexual no adulto. Pode ser transmitida pela mãe através da corrente sanguínea, atingindo o sistema nervoso ou órgãos do sentidos.

- rubéola: é uma doença causada por vírus, transmitida pela mãe ao feto. Os principais danos causados por este vírus, no feto, no primeiro trimestre de gravidez são: danos no sistema nervoso e/ou órgãos do sentido. Se a mãe estiver no 4º ou 5º mês de gestação, pode não ocorrer dano ao feto.

- meningite: é uma infecção grave do sistema nervoso, causada por vírus ou bactérias. A mãe pode contrair a doença na gestação e transmiti-la ao feto. O dano maior será no sistema nervoso do feto se encontrar em formação.

- desnutrição: a desnutrição no primeiro trimestre, afetará gravemente o feto, já que a nutrição é feita através do sangue da mãe. Afeta principalmente o sistema nervoso em formação.

- radiações: exposições prolongadas no primeiro trimestre de gestação poderá provocar alterações na formação do feto.

- má formação congênita: deformidade ou alteração interna ou externa que ocorre no processo de formação do feto, durante o primeiro trimestre de gestação, sem muitas vezes ter causa aparente.

2- Causas durante o parto, a criança poderá sofrer comprometimentos no sistema nervoso, decorrentes de complicações e tornar-se portadora de alguma deficiência. Quando essas complicações ocorrem no momento do nascimento, chamam-se lesões peri-natais, e podem ser:

- eritroblastose fetal: incompatibilidade de sangue da mãe e do filho. Porém, hoje em dia, já existem vacinas e cuidados especiais, reduzindo muito o risco de ocorrer algum problema.

- anoxia ou asfixia: é a diminuição do oxigênio no sangue. Esta diminuição no momento do nascimento poderá provocar lesões no sistema nervoso.

- traumatismo durante o parto.

- prematuridade: até a 36ª semana de gestação, o bebê é considerado prematuro, ou com peso muito abaixo da média aos 9 meses (desmatura). Nesses casos, a criança está suscetível a distúrbios físicos e funcionais.

3- Causas após o nascimento: muitas são as causas que podem levar uma pessoa à deficiência. Entre elas:

- infecções: no sistema nervoso, órgãos dos sentidos ou sistema locomotor, através de vírus e bactérias, podendo provocar alterações nessas estruturas.

- traumatismos: ferimentos por projéteis de armas, quedas, acidentes podem causar a deficiência física.

- craniosinotese: calcificação dos ossos do crânio precocemente, que impede o crescimento do cérebro (microcefalia).

- alterações circulatórias: são os acidentes vasculares cerebrais, popularmente conhecidos como 'derrame' (obstrução de vasos sanguíneos) e o aneurisma (dilatação na artéria que pode romper e provocar hemorragias) (FREITAS e CIDADE, 1997, p. 48-50).

Desta forma, muitas pessoas adquirem a deficiência física, ou na infância, ou na adolescência ou na vida adulta, em decorrência de infecções agudas do sistema nervoso (como a meningite e a paralisia infantil), além de traumatismos, por exemplo, acidentes de trânsito, violência urbana (assaltos à mão armada, brigas),

acidentes de trabalho, acidentes em geral (quedas, mergulhos). O que se percebe, portanto, é que todo este quadro é agravado porque o governo investe pouco na prevenção de doenças, acidentes e segurança. E ainda, as condições de miserabilidade da população, associadas ao baixo índice de informação dos pais com baixa escolaridade, associados a esses fatores, ainda, um serviço público de saúde que não oferece padrões adequados de atendimento, são fatores geradores de deficiência na população infantil.

#### 6.1.1.2. Tipos de deficiência física

As pessoas classificadas como deficientes físicas, apresentam deficiências que os limita a funcionarem como pessoas normais. Essas deficiências podem ser congênitas ou adquiridas. A deficiência congênita é aquela adquirida durante a gravidez, parto, pós parto e até os seis anos de vida. A deficiência adquirida surge após os seis anos de vida, quando as pessoas sofrem lesões em decorrência de doenças ou acidentes.

Portanto, estão incluídos nesta classificação, as pessoas com alterações neurológicas, musculares e orgânicas, que afetam as atividades motoras.

Com relação ao grau de envolvimento, este varia desde defeitos mínimos até os mais graves, fazendo com que as pessoas permaneçam em casa, dependendo de outra pessoa para qualquer coisa que queiram fazer.

FREITAS e CIDADE (1997, p. 46) classificam os distúrbios motores como sendo ortopédicos, são aqueles que envolvem problemas dos músculos, ossos e/ou articulações; e neurológicos, são aqueles que envolvem as deteriorizações ou lesões do sistema nervoso central.

Quanto à evolução, a deficiência física pode ser considerada progressiva, permanente ou crônica.

Porém, há outra classificação para os tipos de deficiência física:

**Lesões medulares:** causadas por tumores, má formação artério-venosa, traumas ou fraturas das vértebras da coluna que destroem as células de uma região da medula espinhal. Quando lesadas, as células nervosas não se regeneram, levando as áreas motoras e sensoriais correspondentes à perda parcial (paresia) ou total (plegia) de suas funções. Quando a região cervical é afetada, caracteriza-se uma tetraplegia ou tetraparesia. Quando afeta a região torácica, lombar ou sacral caracteriza-se então, uma paraplegia ou paraparesia.

- **Paralisia Cerebral:** é uma lesão permanente no cérebro, levando a distúrbios de tônus muscular e, conseqüentemente, das funções motoras. Pode vir acompanhada de lesão em

outras áreas. Pode ser classificado quanto ao tônus muscular: espástico, atetóide, atáxico e flácido; quando ao acometimento podem ser: leve, moderada e grave.

- Acidente Vascular Cerebral: é uma interrupção na circulação cerebral, levando a lesão de células de áreas sensoriais e/ou motoras. Deixam seqüelas nas áreas correspondentes à lesão.

- Poliomielite: é causada por vírus que destrói células motoras e geralmente, aloja-se no corno anterior da medula. Pode deixar como seqüela a paralisia nas áreas motoras correspondentes, preservando a sensibilidade.

- Distrofia Muscular: caracteriza-se pela deteriorização da musculatura esquelética voluntária, levando a dificuldade ou ausência de contração muscular. É progressiva e causa a morte.

- Amputação: é a ausência congênita ou retirada de um ou mais membros.

- Espinha Bífida: é a alteração do fechamento de um ou mais arcos vertebrais, resultando em distúrbios neurológicos e desvio da estrutura óssea. (MATTOS, 1994, apud FREITAS e CIDADE, 1997, p. 46-47).

Após esta breve explanação das pessoas com necessidades especiais, em especial o deficiente físico, passa-se para o seu processo de inclusão.

## 6.2. Inclusão

A sociedade inclusiva representa um ideal, mas um ideal distante da realidade vivida hoje - que só visa a agressividade e a competitividade para se vencer - e na qual, espera-se, não seja a exclusão de muitos a abundância de outros. Essa sociedade inclusiva é bastante recente, mas já há adeptos. Por exemplo, a ONU, provavelmente, foi a primeira entidade a cunhar explicitamente essa expressão. SASSAKI (1997) apresenta que o termo sociedade para todos foi registrada na resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1990. Porém, o que é essa inclusão social?

*"Da exclusão social total passando para o atendimento especializado segregado e depois para a integração social parcial, o segmento dos portadores de deficiência está agora lutando por sua integração social total, ou seja, inclusão social. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc.) significa que a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade, sim, mas também a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência". (SASSAKI, 1997, p. 15)*

Dessa forma, a inclusão social constitui-se na prática mais recente que se tem notícia no campo das necessidades especiais, tanto no Brasil como em muitos outros países.

E ainda, a inclusão social vem, aos poucos, substituindo a prática da integração social, que há quatro décadas ocupa o lugar da segregação e da

exclusão de pessoas consideradas diferentes da maioria da população de qualquer sociedade.

MANTOAN (1997, p. 45) afirma que a diferença básica entre a inclusão – que hoje está em voga – e a integração – que até então era a correta – reside no fato de que a integração é uma forma condicional de inserção em que vai depender da pessoa com necessidades especiais, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções da sociedade, sendo ele o protagonista e que necessita modificar-se para se integrar. Já a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema social, sendo que esse terá que se adaptar às particularidades de todos os indivíduos.

Portanto, conforme SASSAKI (1997), “a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, opção sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência”.

A inclusão social, então, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais.

### 6.2.1. Inclusão escolar

A inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais é uma forma de defesa dos direitos desse segmento social no Brasil, desde a discussão gerada pela divulgação do Documento de Salamanca, em 1994. Esta situação veio para substituir os princípios de integração e normalização das pessoas com deficiência, que está presente desde a década de 50, assim como a integração, bandeira levantada na década de 60. Neste sentido, o termo inclusão escolar encerra a discussão, de forma bastante simplificada, no contexto restrito da escola, contrariamente aos conceitos de integração e normalização que, historicamente, vêm sendo construídos na perspectiva das ações concretas que viabilizem a

participação legítima que é direito das pessoas com necessidades especiais no contexto mais amplo da sociedade.

Parafraseando CARVALHO (1997, p. 34), o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino é garantido legalmente (artigo 208 da Constituição Federal, Declaração de Salamanca e artigo 58 da Lei 9394/96 –Assim, o reconhecimento dos direitos dos alunos com necessidades especiais à educação inclusiva como garante a legislação brasileira, estende-se, também, ao uso dos serviços aos quais todos, deficientes ou não, têm direitos. Vale ressaltar aqui que os direitos sociais básicos (saúde, educação, moradia, segurança, lazer), continuam inacessíveis à maioria dos brasileiros, inclusive aos deficientes, daí a dificuldade em praticar, em sua essência, a educação inclusiva.

Mas, porém, o que é a educação inclusiva? Conforme PARANÁ-SEED/DEE (1994, p.15): “é o processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educacionais especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola”.

MRECH ([www.regra.com.br/educação](http://www.regra.com.br/educação)), apresenta que a educação inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975 e, atualmente, já se encontra na sua segunda década de implementação.

Ela afirma que, “por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus”.

Já CARVALHO (1998, p. 23) afirma que a noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivistas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos:

professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Parafraseando MRECH ([www.regra.com.br/educação](http://www.regra.com.br/educação)), por meio da educação inclusiva, privilegiam-se os projetos de escola que apresentam as seguintes características:

É necessário que haja um direcionamento para a comunidade, pois, na escola inclusiva, o processo educativo é entendido como um processo social, em cuja todas as crianças com necessidades especiais têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança com deficiência na comunidade.

Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

Há - em relação às escolas inclusivas - altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

É imprescindível que haja colaboração e cooperação, havendo um privilégio das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda.

A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

MANTOAN (1997, p. 45) afirma que se necessita, ainda, do estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços, pois, gradativamente, a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade.

A parceria com os pais é, também, de suma no processo de inclusão da criança na escola.

Os ambientes educacionais devem ser flexíveis, isto é, devem visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

As estratégias devem ser baseadas em pesquisas, pois as modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores.

É preciso estabelecer novas formas de avaliação, sendo que os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

ROSADAS (1995, p. 68) preconiza que o acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos com deficiência.

Deve haver, também, continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica - os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.

Portanto, percebe-se que há inclusão, de fato, quando a escola não exclui alguns de seus alunos ou crianças e jovens candidatos à matrícula em razão de qualquer atributo individual do tipo: gênero (sexo), cor (etnias diversas), deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla), classe social, condições de saúde (vírus HIV, epilepsia, etc.) e outros. Numa escola inclusiva, todos os alunos, com ou sem alguns desses atributos individuais, estudam juntos nas mesmas classes.

Mas, o modelo da inclusão está ganhando terreno, devido as insatisfações registradas sobre a Educação Especial, que levaram ao fortalecimento e aprovação, na teoria, da inclusão. Segundo SAINT-LAURENT (apud MANTOAN, 1997), essas insatisfações são:

- “1- difícil identificação dos alunos em dificuldades (BATEMAN, 1992);
- 2- efeito estigmatizante pelo fato de separar os alunos para atendimento especial (BEAN et al.);
- 3- falta de rigor na avaliação e nos métodos pedagógicos (KAUFFMAN, 1994);
- 4- perda de tempo do ensino em classe comum (LOVITT, 1989);
- 5- falta de coordenação entre os colaboradores (VOLZ e ELLIOTT, 1990)”.

Para uma melhor compreensão da inclusão e do que já foi exposto, apresenta-se, a seguir, os fundamentos teóricos da inclusão, conforme apresenta SASAKI (1997, p. 68-69).

Iniciou-se na América do Norte, local em que se buscava estudar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, pois,

O modelo da Classe Inclusiva se apoia em noções sócio-construtivistas. Com base nos trabalhos de Vygotski (1978) e elaborado por Brunner (1973), Rogoff (1990) e Wetsc (1985, 1991, 1994), este quadro teórico faz parte da grande família das teorias construtivistas em psicologia do desenvolvimento da criança. Ele prioriza o contexto ecológico e as dimensões transacionais do desenvolvimento infantil. Ele propõe uma visão coerente do ensino e aprendizagem (SAINT-LAURENT e BOISCLAIR, 1995, apud MANTOAN, 1997, p. 45).

Isto quer dizer que, se a criança permanecer em ambiente inferior ou de isolamento social, ela não poderá desenvolver suas funções sociais superiores. Dessa forma, sua aprendizagem será mínima ou nula. Por outro lado, com o apoio de outros alunos e do professor, ela poderá estabelecer interações sociais, o qual proporcionará a resolução de atividades que antes, sozinha, não poderia resolvê-los. “Assim, em relação à criança que apresenta dificuldades, ao invés de diminuir o ritmo ou simplificar a tarefa, trata-se de guardar a tarefa intacta proporcionando apoio à criança. Este apoio pode ser verbal ou não verbal, originando-se da combinação dos dois” (SAINT-LAURENT apud MANTOAN, 1997, p. 69).

E continua afirmando que, “o princípio mais importante do sócio-construtivismo para os alunos com necessidades especiais é o seu direito e a sua necessidade de participar, de ser considerado como um membro legítimo e ativo no interior da comunidade. Este princípio justifica as classes inclusivas, nas quais as relações sociais são compreendidas como catalisadoras de aprendizagem”.

E ainda, a inclusão não é só benéfica aos alunos com necessidades especiais, mas para todos os outros alunos da escola. Nas classes inclusivas deve haver a construção de novos conhecimentos, estratégias e a integração. Os problemas existentes são diferentes, obrigando a todos a sua resolução. Isto implica em troca e, conseqüentemente, em conflitos cognitivos, haja vista que cada um apresenta seu próprio esquema, estratégia e forma de resolver os problemas. Nesta perspectiva, a possibilidade de conflitos cognitivos e sociais significativos aumenta muito, em decorrência da diversificação do contexto social, tendo um grande valor motivacional tanto para o aluno especial como para os demais.

Por isso MRECH ([www.regra.com.br/educação](http://www.regra.com.br/educação)) afirma que a classe inclusiva não é uma panacéia. Seu valor reside na qualidade das intervenções desenvolvidas. Os elementos chaves de uma classe inclusiva são a consultação e o ensino colaborativo, o tutorado pelos pares e a aprendizagem cooperativa. A classe inclusiva de qualidade proporciona ao aluno deficiente ser membro da comunidade,

ter um melhor professor e estabelecer melhores relações com seus colegas/companheiros.

Por outro lado, questiona-se sobre a inclusão de alunos com severos déficit. Neste caso, é importante que o professor tenha constante apoio de serviços especializados. “Segundo SKRTIC et al. (1996), mais que um novo modelo de serviço aos alunos especiais, a inclusão corresponde ao novo contexto sócio-cultural que emerge no início do século 21”(SAINT-LAURENT apud MANTOAN, 1997, p. 73).

Portanto, afirma-se que o princípio que deve orientar a estrutura dos sistemas educativos é a inclusão de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas através de escolas públicas e provadas.

A oportunidade de acesso à educação por parte das diferentes camadas da população em suas especificidades de classe social, raça, sexo e condição biológico-físico-sensorial, impõem ao poder público a organização de metodologias, instrumentos e outros fatores necessários ao tipo de formação desejada para o homem contemporâneo. Se a cidadania é uma qualidade da condição humana, é preciso organizar o mundo de tal forma a garantir esse exercício a todos os homens. E quando se fala a todos, a pessoa com necessidades especiais está neste contexto, inserida. Desta forma, faz-se cumprir O PROGRAMA MUNDIAL DE AÇÃO RELATIVO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (parágrafo 22), que foi consagrado no ano de 1983, o qual afirmava: “A educação (das pessoas com deficiência) deve ocorrer no sistema escolar comum (...) As medidas para tal efeito, devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de qualquer sociedade”.

Desta forma, é necessário que se deixe bem claro que o conceito de inclusão não é levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; não é ignorar as necessidades específicas da criança; não é fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para

todas as idades, não é extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo e nem esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico.

A inclusão preconiza que todos os alunos, tanto os com necessidades especiais como os ditos “normais” estudem juntos, na mesma turma no ensino regular. Porém, é preciso que não haja somente a “inclusão física”, ou seja, que somente estejam juntos no mesmo espaço físico, sem estar incluído verdadeiramente, apenas garantida a matrícula e um lugar na turma. Por isso, MANTOAN (1997, p. 12) afirma que é importante que esses alunos sejam também incluídos na aprendizagem, nas mesmas atividades. Para tanto, a prática pedagógica precisa ser revista e aprimorada. Além disso, é importante que os alunos especiais transitem pela escola, utilizem o mesmo refeitório, vão à biblioteca juntamente com os demais alunos e que freqüentem as mesmas dependências que os ditos “normais” freqüentam.

E ainda, pensar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares sem lhes oferecer ajuda e apoio, bem como a seus professores e familiares, seria como inseri-los apenas numericamente, seja como número de matrícula, seja como carteira na sala de aula. “Pensar na inclusão sem que haja a integração psicossocial e pedagógica entre todos os alunos é uma forma requintada e perversa, embora habilmente mascarada, de segregação e de exclusão, apesar de estarem juntos, fisicamente e apenas” (CARVALHO, 1998, p. 171).

### **6.3. A educação física para o deficiente físico**

A única educação válida na escola é aquela que possibilita a todas as crianças o conhecimento, a compreensão e o respeito. Desenvolver um modelo educativo que proporcione a cada criança, a ajuda pedagógica necessária as suas condições individuais, experiências e realidade, é afirmar que a diversidade dos alunos é inerente ao desenvolvimento humano. Desta forma, a educação escolar deverá assegurar um equilíbrio entre a necessária complexidade do currículo e a inegável diversidade dos alunos.

“Un tratamiento integrador del la heterogeneidad supone, por un lado, aceptar a diversidad como elemento de progreso para desarrollar, en estas personas con

necesidades educativas específicas, las habilidades, las estrategias y los procesos cognitivos y afectivos necesarios para que participen en la toma de decisiones de la comunidad a la que pertenezcan” (ROSALES, 1996, p. 22). Desta forma, para se trabalhar tanto com os alunos normais quanto com os alunos especiais, é preciso observar a heterogeneidade existente na turma.

Por outro lado, sendo a finalidade primordial da educação auxiliar na formação integral do indivíduo, deve iniciar no nascimento e continuar por toda a sua vida, proporcionando o desenvolvimento físico e mental de acordo com sua idade mental, cronológica e motriz.

É neste momento que aparece a atividade física, pois ela exerce papel fundamental no desenvolvimento somático e funcional, porém, desde que baseado em métodos e normas que respeitem a individualidade de cada um, bem como suas capacidades e limitações. Por isso, em se tratando da educação física, é necessário frisar que ela, enquanto área do conhecimento, deve ser entendida como uma prática educacional, inserida num projeto pedagógico global. Além do mais, deve ser parte efetiva na contribuição para ampliação da consciência social e crítica dos alunos, tendo em vista a sua participação ativa na prática social, consciente e menos alienada.

O papel da educação física - como elemento básico e fundamental da educação do deficiente físico – é cada vez mais afirmado. Ao redor de 1920, “uma ênfase cada vez maior era colocada nos programas que incorporavam as teorias educacionais modernas às atividades físicas. Os exercícios, jogos e os esportes para deficientes físicos, como uma parte integrante da prática médica, obtiveram uma maior proeminência após a Segunda Guerra Mundial” (ADAMS, 1985, p. 04).

Portanto, já há algum tempo, ela vem se solidificando e ganhando definitivamente o seu espaço como uma ciência que tem como um dos objetivos mais importantes o ajuste e o equilíbrio do aluno. Por sua vez, a educação física especial experimenta técnicas mais eficazes, procurando novas técnicas de avaliação e prescrição de programas motores para as pessoas com necessidades educativas especiais, dando ênfase ao controle e equilíbrio que deve existir em todo o planejamento a ela destinado.

É sabido que a educação física, por meio de suas numerosas atividades, proporciona o desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento e a

aquisição de habilidades especiais. Ela deve enfatizar o desenvolvimento das respostas sensorio-motoras e conter desafios a todos os alunos, de maneira que participem, respeitando, obviamente, as limitações individuais. É importante também, que todo o trabalho propicie a autonomia e o domínio motor, não causando frustrações nos alunos mais comprometidos em nível motor.

Mi pensamiento sobre la importancia de la educación física viene determinado desde el punto de vista psicocinético, dentro de lo podemos denominar "método natural" o la "educación por el movimiento" como suele afirmar Le Bouch intentando decir que hemos de utilizar el movimiento humano en todas sus formas para mejorar las facultades humanas tales como la coordinación, la organización espacio-temporal y los procesos cognitivos de atención, procesamiento y planificación. La educación física en la escuela tiene, a mi juicio, una función de gran importancia para ayudar a las personas con necesidades educativas específicas en su desarrollo cognitivo, afectivo y social. (ROSALES, 1996, 43).

Portanto, é imprescindível a presença da educação física para alunos especiais, para tanto, é preciso que a adequação das atividades motoras, em função das características, necessidades e interesses individuais ou de grupo, devem ser efetuadas considerando-se os níveis de regularidade, intensidade e educação da participação, cujos princípios já se encontram também definidos através de investigações científicas, caracterizando, assim, a educação.

Por outro lado, quando esta adequação ocorrer, a educação física terá objetivos mais conscientes e alcançáveis e, isto acontecerá quando se utilizarem as estratégias de ensino apropriadas, bem como conteúdos adequados ao desenvolvimento do aluno.

A participação do aluno com deficiência física, deverá estar atrelada, primeiramente, a uma avaliação médica, para que se saiba sobre suas condições para a prática da educação física. Em seguida, é necessário levar em conta alguns princípios básicos, que são: adaptação, conhecimento de seus limites, impedimentos e seu desenvolvimento, bem como observar os seguintes objetivos, apresentados a seguir:

- o desenvolvimento das estruturas que envolvem o seu domínio cognitivo, visando, assim, a um plano mais efetivo em seu movimento;
- a aquisição de um comportamento social adequado, que lhe assegure maior ajustamento com seu meio;
- o domínio psicomotor que lhe favoreça aquisição de habilidades indispensáveis para sua autonomia e independência futuras;
- o desenvolvimento de hábitos higiênicos e de cuidados pessoais, que se constituem pré-requisitos para o desenvolvimento de sua personalidade;

- o preparo para a participação sadia em atividades esportivas, que tragam prazer e não permitam que se estabeleçam preconceitos. (ROSADAS,1995, p.28)

Dessa forma, após estas colocações e observações, é possível verificar a importância de uma educação física preparada para o atendimento do aluno com necessidades especiais.

Ao se parafrasear BAGATINI (1987), observa-se que a importância da educação física para o deficiente físico é inquestionável, com resultados benéficos em termos físicos, mentais, psicomotores e sociais, como para qualquer outro aluno que não apresenta algum tipo de deficiência. Um programa de educação física, quando feito adequadamente, baseado sempre na etapa mental, cronológica e motora da criança, propicia um desenvolvimento orgânico mais satisfatório pela melhoria cardiovascular, maior oxigenação devido a uma respiração mais correta, inspirando e expirando volume de ar suficiente, tônus muscular propiciando um ajuste postural, maior agilidade, flexibilidade e ampliação dos movimentos, bem como proteção dos órgãos. Auxilia no esquema corporal (conhecimentos das partes do corpo), coordenação dinâmica geral (motora grossa e fina), equilíbrio estático e dinâmico, dominância lateral, orientação e estruturação espaço-temporal, relaxação global segmentária e associada com a respiração e ainda desenvolvimento da noção de velocidade e força.

A educação física proporciona ainda, a liberação de sentimentos como agressividade, medo, frustração, repressão, provocando uma participação em atividades esportivas na escola, em casa e na comunidade, experimentando assim, a satisfação, a auto-realização, a ajuda recíproca, a alegria, a auto-confiança, assumindo assim, uma posição mais positiva em relação a si mesmo e aos outros.

Já ROSALES (1996) afirma que a atividade física, trabalhada sob a forma de movimentos contínuos e de movimentos não contínuos ou intermitentes, beneficia o sistema orgânico, visando melhorias específicas e localizadas, seja na intensidade que for realizado, pouco, moderado ou de grande exigência, se respeitados os critérios de individualidade que são próprios de cada um de nós, contribuirá sempre na reabilitação de qualquer tipo de deficiência de que conhecemos.

Isto ocorre a partir do momento em que se ativa a circulação, estimulando os músculos (através do aumento de volume de oxigênio), na qual evita-se o acúmulo

de gordura localizada (através da queima da mesma no ciclo energético), equilibrando o funcionamento do eixo glandular tálamo-hipotálamo-gônadas-suprarenal, etc., aumentando a produção de oxigênio ao nível cerebral (diminuindo as crises convulsivas), e melhorando funcionalmente a habilidade para coordenar, estar mais ágil, rápido e mais flexível.

Portanto, verifica-se uma melhora na condição orgânica, nas funções psicomotoras e na aquisição da habilidades motoras.

Dentre os benefícios psicossociais, enaltece-se a importância da educação física no acervo terapêutico da reabilitação. Por exemplo, se feita em grupo, estimula o convívio social e a iniciativa mental, às vezes evita o tédio pela falta de movimento, conduz a descoberta de suas próprias possibilidades e, se motivado, leva a desinibição e conseqüente facilitação no desenvolvimento das potencialidades individuais.

Graças às atividades recreativas, os deficientes físicos encontraram a motivação necessária para participarem da comunidade mais ampla, de produzir, de trabalhar e de assumir papéis de liderança na comunidade (...) A participação em esportes e jogos adaptados às suas possibilidades confere ao indivíduo a oportunidade de desenvolver o seu condicionamento físico, de se dedicar a atividade de lazer, de se tornar mais ativo, de aprender habilidades para poder se ocupar nas horas vagas e de colher experiências positivas no grupo e no ambiente social (ADAMS, 1985, p. 218).

Porém, para que, de fato, os benefícios aconteçam, é imprescindível o trabalho de um professor de educação física que atua com o deficiente físico, pois evita um atraso psicomotor mais acentuado, estimulando os desempenhos do aluno, causando, desta forma, soluções nas etapas não vencidas, em decorrência da adaptação do seu programa.

É de reconhecimento geral que todo e qualquer processo educacional procura, em sua essência, atender adequadamente às necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais da população a que se destina, respeitando os princípios. Desta forma, os programas de educação física para deficientes físicos buscam trabalhar suas capacidades, considerando suas limitações e necessidades individuais. Os objetivos básicos de um programa visam desenvolver e/ou adquirir capacidades físicas e habilidades motoras; buscar um maior equilíbrio pessoal no aluno; conseguir hábitos de comportamento que asseguram certa autonomia e

independência; assim como desenvolver atitudes que facilitem a integração social do sujeito. (BUENO e RESA, 1995).

Nesta medida, para se estruturar programas de Educação Física Adaptada que atendem as reais necessidades do indivíduo com deficiência física, várias abordagens são possíveis, dentre elas jogos, brincadeiras, organização de um circo, gincana, passeio no bosque, parque, dança, ginástica e o desporto também podem ser inserido neste processo.

É imprescindível, ainda que o aluno, seja ele especial ou não, deva primeiramente conhecer o seu corpo – funções psicomotoras – para então desenvolver qualquer atividade. Do que lhe adianta tentar fazer uma roda se ele não conhece as limitações que seu corpo apresentam? Portanto, as atividades de um programa devem estimular o envolvimento do aluno em todos os momentos, buscando sua reflexão sobre o que está fazendo e como está realizando a atividade.

#### 6.3.1. O desporto para o deficiente físico

O desporto deve ser encarado como um meio de visualizar a segurança, a igualdade, o respeito próprio e com o outro, a aceitação, o desenvolvimento psicomotor e a condição de sentir-se capaz e de grande valor no plano social. E, ainda, deve ter fins formativos, voltado ao desenvolvimento e não pragmático, como se percebe na maioria das vezes.

O desporto deve atuar como uma força motora que leve o deficiente físico vivenciar e restabelecer o contato com o mundo circundante, facilitando e acelerando sua integração com a comunidade, bem como seu reconhecimento como cidadão respeitado em um plano de igualdade.

A finalidade do desporto, segundo ADAMS (1985, p. 04), está em trabalhar o domínio de si mesmo e desenvolver o respeito próprio e do outro, espírito de competição e de companheirismo, atitudes mentais que são essenciais para integração. Em outras palavras, o desporto ajuda, consideravelmente, a resgatar o indivíduo “deficiente” da condição de inválido, incapacitado e ineficiente, conseqüente de uma visão implícita na sociedade, para a condição de possibilitado, capaz, competente e de grande valor no plano social.

A grande vantagem que o esporte exerce sobre a vida do indivíduo com deficiência física, significa o valor de acreditar em suas potencialidades, um valor

recreativo que oferece uma motivação adicional ao deficiente, restabelecendo esse tipo de atividade festiva ao desejo de expressar a alegria e o prazer em sua vida que estão profundamente enraizados em todos os seres humanos.

Preponderantemente, o indivíduo com deficiência física apresenta, quase na sua maioria, dificuldades de organização espaço-temporal. Para a concretização efetiva do trabalho (desporto) a ser desenvolvido com esta clientela, é de vital importância a disponibilidade de um local adequado (quadra ou ginásio), para vivenciar em seu dia a dia, o contato direto, a familiarização e exploração de todo espaço disposto no processo de ensino-aprendizagem.

ROSADAS (1995, p. 67) apresenta que a atividade esportiva em sua aplicabilidade com deficientes físicos não visa a performance, mas possibilita sim um espaço para que cada ser descarregue toda a energia contida, funcionando como uma válvula de escape para os desejos de mover-se dessa vitalidade reprimida.

É de extrema necessidade, ao se trabalhar com o deficiente físico, respeitar suas potencialidades minimizando suas limitações, considerando-se sempre suas individualidades e diferenças, sem subestimar as capacidades dos alunos na execução dos movimentos. E ainda, estruturar atividades que o livrem da exaustão e propiciem situações de êxito, pois o educando especial necessita da sensação de sucesso.

A persistência, a paciência e a compreensão são fatores fundamentais mediante as expectativas de progresso. Assim como as regras dos jogos, os materiais e as instalações deverão ser adaptadas.

O desporto deve ser orientado no sentido de levar o deficiente físico ao desenvolvimento de suas potencialidades ratificando os valores físicos, morais, sociais, psíquicos e emocionais, conforme reforça ADAMS (1985, p. 45). O desenvolvimento desses valores depende muito do educador que esteja orientando o esporte para essas pessoas, pois ele pode orientar de maneira positiva, contribuindo para seu desenvolvimento sadio, caso contrário, estar-se-á reforçando negativamente.

#### **6.4. Pressupostos teóricos para a inclusão de alunos deficientes físicos nas aulas de educação física do ensino regular**

A lei 9394/96, como já apresentado, reafirma com mais detalhes o referido direito à educação pública e gratuita de pessoas com necessidades especiais. Porém, é importante frisar que as pessoas especiais têm direito, por cidadania, de apoio especializado, na própria educação. Não se trata, apenas, de remover barreiras arquitetônicas e atitudinais. Trata-se de dar, sem paternalismo, condições de acesso, ingresso e permanência às pessoas com necessidades especiais.

O ingresso da pessoa com necessidades especiais na rede regular de ensino é um desafio para todos os elementos da escola e tem despertado o interesse de muitos profissionais da educação, em razão do direito à matrícula para as pessoas especiais. Assim, as experiências de inclusão na rede regular de ensino são, ainda, muito novas e recheadas de dúvidas.

É importante frisar que o direito da pessoa com necessidades especiais de estar junto com outras pessoas, frequentando escolas regulares e participando das atividades escolares e sociais é uma prática que ressalta a igualdade de oportunidades e as adaptações que essas pessoas necessitam.

Porém, CARVALHO (1998, p. 32) afirma que somente o discurso para a promoção da inclusão não é suficiente para que a mesma se concretize. É preciso o engajamento da escola à inclusão da pessoa com deficiência em todas as instâncias do processo educativo; o discurso não poderá estar distante das ações. Isto significa ampliar a discussão sobre a deficiência, sobre o projeto político-pedagógico da escola e sobre as práticas e relações sociais do dia-a-dia.

Partindo do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança e não que cada criança deva se adaptar aos supostos princípios do processo educativo, afirma-se ser a atividade inclusiva quando a sociedade adapta seus programas para incluir as pessoas com deficiência e não quando a pessoa com deficiência consegue participar de atividades não adaptadas.

Nesta medida, para incluir, é necessário um planejamento que envolva todas as áreas de interesse da escola e que se leve em conta também, aspectos da comunidade. É preciso ainda, que sejam criados programas adequados de formação

de professores, tanto regulares como especializados, sendo reflexo de conceito de educação inclusiva.

O local da escola deve ser o mais próximo possível da residência, como acontece para qualquer criança e não se deve oferecer serviços educacionais inferiores em virtude da gravidade de sua deficiência e sim, as mesmas atividades extra-classes e que jamais sejam excluídas do acesso à educação.

Dessa forma, não basta apenas incluí-los. É preciso uma reforma no ensino para melhorar sua qualidade, diminuindo o número de alunos nas salas para um atendimento mais dirigido, uma melhor preparação dos professores para aceitar estes alunos e uma preparação do ambiente.

SASSAKI (1997, p. 34) apresenta que é necessário, ainda, flexibilidade no programa de estudos, buscando sempre a realidade dos alunos para que haja maior motivação e, se não estiverem sendo alcançados os objetivos propostos, por meio de avaliação contínua, é preciso que se mude o programa.

A formação de uma equipe multidisciplinar (professores, diretores, equipe técnica e demais funcionários), sempre conivente com um mesmo objetivo: o aprendizado e o aluno.

Os alunos com necessidades especiais requerem estruturas organizacionais adequadas, professores especializados, com diferentes conhecimentos e habilidades. As deficiências de alguns alunos não implicam em um desempenho muito abaixo do seu nível etário, mas com o devido suporte, eles podem usufruir dos benefícios da educação regular, havendo, desta forma, uma integração das pessoas com necessidades especiais à sociedade.

É necessário a formação de mais professores especializados, adaptações curriculares, salas de apoio pedagógico e salas de recursos, bem como salas adaptadas para atender a todos os alunos. Deve haver, também, uma mudança no currículo, que deve estar centrado no aluno e na comunidade. Portanto, a escola deve se adaptar para receber este aluno, afirma MANTOAN (1997, p. 12)

A legislação determina a inclusão, porém, não apresenta suporte necessário para sua efetivação. é necessário dar um suporte maior, como por exemplo, salas mais amplas, eliminação de barreiras, material adaptado, transporte adequado, facilitar o acesso em todos os segmentos, preparar e capacitar profissionais da educação e os próprios pais, além de um trabalho de conscientização da própria

sociedade. Valorizar a pessoa com deficiência e fazer com que ela se torne mais presente na sociedade.

É importante ressaltar que o convívio com pessoas sem deficiência torna possível uma vida de normalidade para a pessoa com deficiência, que se pode perceber como uma pessoa capaz de se desenvolver em todos os aspectos. Por outro lado, a pessoa sem deficiência também se beneficia desta convivência, pois interage e aprende a conviver com o diferente, trabalhando os seus preconceitos e criando uma relação de solidariedade, reforça SASSAKI (1997, p. 67).

Com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), uma pedagogia centrada no aluno, nas necessidades especiais de cada pessoa começa a ser o objetivo de uma mudança social futura, assim como a construção de uma sociedade centrada no indivíduo. Esta individualização é um tipo de ensino no qual o aluno se envolve em atividades adequadas ao seu estilo de aprender, o que implica no desafio de reconhecer as reais dimensões do homem potencializadas na realidade onde ele se insere. Neste processo, o foco principal da viabilização do ensino é o envolvimento do professor com o aluno, pois é a partir da individualidade do aluno abstraída pelo professor, que se traça o perfil do programa ou plano educacional individualizado.

Para tanto, é importante a presença de um mediador, que venha assumir um enfoque educativo mediante a heterogeneidade dos alunos e, que no caso da escola, é o professor.

Considerando o professor nesta abordagem, vemos que a operacionalização da aula de Educação Física sugere uma postura profissional que concebe uma atuação predominantemente observadora, criteriosa e diretiva, pois é a partir de dados concretos dos alunos que se modela a funcionalidade da prática vivenciada em aula. Neste perfil, o plano de ensino assume característica individualizada, uma vez que cada indivíduo-aluno coloca em exposição uma gama única e particularizada de características sócio-culturais, que delimita e dá sustentação à aprendizagem (RODRIGUES e TAVARES in ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 1999, p. 1033).

Portanto, a observação das possibilidades da criança, a infra-estrutura disponível e principalmente, o controle da planificação dos meios e objetivos de ensino para com o aluno. Dessa forma, o professor é determinante para o estabelecimento dos programas a ser mediado, pois é ele quem estabelece um diálogo com os mecanismos metodológicos de ensino e com a realidade circunstancial em que se insere o processo de ensino/aprendizagem de cada aluno em particular.

Uma reflexão mais ampla sobre este mecanismo inter-relacional pode implicar num redimensionamento da práxis junto às pessoas com necessidades especiais, uma vez que as condicionantes circunstanciais que ditam as atuais práticas da Educação Física, muitas vezes, não contextualizam os processos que delineiam a relação de ensino.

Com relação a pessoa especial, é necessário frisar que, antes de se pensar em inclusão, precisa-se compreender que o que segrega, marginaliza e exclui - não somente o deficiente físico, mas a maioria da população brasileira - do convívio e do acesso aos benefícios criados pelos homens, como por exemplo a escola, é o conjunto de valores da cultura dominante.

Esta cultura não possui poder apenas sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los, mas, também, poder de atribuir a si e aos valores e objetos culturais marcas distintivas na relação social com os outros. Por serem considerados os outros, os deficientes físicos não fazem parte desta cultura que está edificada em valores e qualidades distintivas, que se produzem e se reproduzem e se modificam constantemente. Não podemos acabar com a discriminação, com a segregação, enquanto não substituirmos as causas que as tornam inevitáveis, causas estas presentes nas condições objetivas e materiais da organização social (CARMO, 1994, p. 165).

#### **6.4.1. O professor de educação física na escola inclusivista**

A educação inclusiva não é apenas um “descarregamento” de alunos na sala de aula regular, sem dar preparação ou um mínimo suporte, ignorando as necessidades individuais de cada aluno e expondo-o a perigos ou riscos desnecessários, para, apenas, “encher” a sala de aula. Esta preocupação deve estar evidente se há pretensão de implantar a educação inclusiva na escola. Porém, há despreparo de professores e da própria comunidade, os mecanismos de avaliação são inadequados, as turmas apresentam um grande número de alunos e não há um critério para a inclusão, haja vista que nem todas as pessoas com necessidades educacionais especiais são passivas da inclusão.

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais, embora torne o conjunto da turma de alunos mais heterogêneo e complexo, também o torna mais rico. Aí, exatamente aí reside o problema que a maioria dos nossos professores do ensino fundamental apresentam. Alegam que não se sentem ‘preparados’ e motivados para a docência de grupos tão diversificados, consideram-na difícil, pois ganham muito mal, não tendo recursos para compra de livros, ou para fazerem cursos de atualização, além de que as condições em que trabalham são muito adversas ... Infelizmente não estão exagerando. Desde a sua formação para o exercício do magistério, detectam-se lacunas muito sérias, agravadas pela falta de formação continuada (CARVALHO, 1998, p. 164-165).

Para o trabalho pedagógico com alunos com necessidades especiais é preciso que haja uma capacitação, seja ela inicial e continuada.

A formação do docente inicial ou em curso, é um fator de primeira ordem para a oferta do ensino de qualidade. Na maioria, os professores de classe regular não recebem, ainda, formação suficiente para a educação especial, que é reservada apenas para os professores de educação especial propriamente ditos, em cursos específicos de educação especial. O enfoque da formação, predominantemente, ainda está muito ligado a delineamentos clínicos e reabilitadores, enfatizando o diagnóstico clínico.

É por este motivo que, na formação do professor, é prioritário oferecer os conhecimentos práticos necessários, bem como um sistema de apoio durante a sua atuação. A oferta de educação básica para todos os alunos, sem distinção nenhuma, implica em instrumentar os professores, com informações específicas, para que eles possam trabalhar com as diferenças e para que possam ser desenvolvidas as suas capacidades indispensáveis para permitir-lhes responder às necessidades básicas de aprendizagem de qualquer aluno, afirma MANTOAN (1997, p. 56).

É preciso que os professores saibam sobre a deficiência física e como é o desenvolvimento da pessoa com deficiência. É importante que o professor trabalhe com o aluno especial de forma integrada e não somente isolada do restante da classe regular. Todos os professores da escola devem utilizar a mesma linguagem e utilizar estratégias semelhantes. Além do mais, o tratamento do aluno especial deve ser o mesmo que os outros alunos da classe recebem.

BAGATINI (1987, p. 45) afirma que o professor que trabalha com a educação física e que tem um aluno deficiente físico, deve ser um observador atento e aproveitar todos os momentos para educar o aluno, contando com o apoio da escola como um todo e da família, haja vista que a se criança libera no ambiente aberto e, principalmente, nas aulas de educação física. Afirma-se isso devido as inúmeras possibilidades ofertadas, como: falar mais alto, correr, brincar, expressar seus sentimentos, movimentar-se, deixando assim transparecer mais claramente suas qualidades, características, dificuldades e necessidades individuais.

Sabe-se que trabalhar com alunos com necessidades especiais não é fácil. Parafraseando ROSADAS (1991, p. 170), "se se pretende realmente resultados, versatilidade é condição inicial indissolúvel do bom profissional. Ele tem que

observar cada criança individualmente e suas necessidades. A forma como ele vai dirigir suas aulas, o seu estilo de ensino vai também variar conforme o seu objetivo imediato”.

Além dos requisitos básicos inerentes à sua função, como responsabilidade, conscientização sobre a ação educativa, compromisso com a educação, o professor precisa ter uma personalidade adequada ao tipo de trabalho que irá desenvolver. Ele deve possuir equilíbrio emocional, ser uma pessoa bem ajustada e emocionalmente equilibrada para poder resolver todos os problemas que surgirem com compreensão e tolerância. Deve ser flexível, sujeito às opiniões, sugestões, ter entusiasmo contagiante e revelar espírito criador, ser sincero e compreensivo com seus alunos, revelando consideração, respeito e verdadeiro interesse por todos. Portanto, ser alegre, motivar e sociabilizar são algumas características afetivo-sociais importantes para este professor, pois necessita promover a integração, o ajustamento, o desenvolvimento psicomotor, o interesse e a participação do aluno.

Necessita, ainda, ser seguro, ser estimulador, ser versátil, ser persistente, ser comunicativo, ter rapidez de raciocínio, ter bom senso, ter atenção, ter autodomínio, ter resistência à rotina e ter capacidade de observação. Porém, continua ele, muitas vezes o bom profissional não é aquele que, aos olhos de quem olha, mostra um grupo bem formado, disciplinado, silencioso, rápido na obediência das ordens do professor. Estes talvez estejam numa demonstração de cumprimento de ordens geradas por mãos firmes e voz de comando ativa, quase sempre ensinados pelo medo, sendo muito pouco atingidos no seu interior, anseios, suas necessidades.

Contudo, ADAMS (1985, p. 69) apresenta que o professor é o primeiro agente de todo o trabalho com os alunos com deficiência física e, seu objetivo é, primeiramente, conseguir um relacionamento afetivo com a criança a ser trabalhada. Através deste relacionamento, o professor deve procurar obter a confiança do aluno, pois esta confiança depositada no professor será o caminho para desempenhos positivos.

Desta forma, verifica-se que, para trabalhar com o aluno deficiente físico, o professor de educação física deve agir normalmente como se a turma fosse a mesma, apenas respeitando a individualidade de cada aluno e, nesse caso, respeitando a limitação do deficiente físico.

## **7- CONCLUSÃO**

Os deficientes físicos fogem aos padrões ditos normais, agredem valores estáticos, colocam em dúvida e, ao mesmo tempo, dão sentido à existência humana. Apesar de tudo isto, eles lutam para viver, serem reconhecidos como homens. Porém, é preciso entender que o objetivo da educação física, na rede regular de ensino para o deficiente físico, não deve se ater apenas às conquistas de melhorias físicas, mas sobretudo, ir além, na busca do envolvimento mais amplo, em termos sociais e políticos.

O discurso para a promoção da inclusão não é suficiente para que a mesma se concretize. É preciso o engajamento da escola à inclusão da pessoa com deficiência em todas as instâncias do processo educativo; o discurso não poderá estar distante das ações. Isto significa ampliar a discussão sobre a deficiência, sobre o projeto político-pedagógico da escola e sobre as práticas e relações sociais do dia-a-dia.

O processo será longo e complexo, dependendo de muitas lutas na tentativa de não mais injustiçar a pessoa com deficiência. Porém, a certeza está em considerá-lo pessoa com direitos e, sendo assim, oferecer a estes cidadãos o melhor para sua qualidade de vida e, nada melhor que começar pela educação física, haja vista que é uma disciplina que tem muito a oferecer ao deficiente físico.

## **8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ADAMS, Ronald C. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. São Paulo : Manole, 1985.
- AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília : CORDE, 1994.
- BAGATINI, Vilson. **Educação física para deficientes**. Rio de Janeiro : Atheneu, 1987
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília : MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Tendências e desafios da educação especial**. Org. Eunice M. L. Soriano de Alencar. Brasília : SEESP, 1994
- BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação - sobre necessidades educativas especiais**. Brasília : CORDE, 1994.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira – integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo : EDUC, 1993.
- BUENO, S. T. e RESA, J. A. Z. **Educacion física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Malaga : Aljibe, 1995.
- CARMO, Apolonio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. 2 ed. Brasília : Secretaria dos Desportos, 1991.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro : WVA, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro : WVA, 1997.
- DIAS, Tarcia Regina da Silveira et alli (org.) **Temas em educação especial 2**. São Paulo : UFSCar, 1993.
- FREITAS, Patrícia Silvestre de & CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Uberlândia : Gráfica Breda, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér e col. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo : Memnon, 1997.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo : Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Educação escolar: comum ou especial**. São Paulo : Pioneira, 1987.

MRECH, Leny Magalhães. **Educação inclusiva**. In: [www.regra.com.br/educação](http://www.regra.com.br/educação).

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Pessoa portadora de deficiência - integrar é o primeiro passo**. Curitiba : Departamento de Educação Especial, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos teórico-metodológico para a educação especial**. Curitiba : Departamento de Educação Especial, 1994.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 5 ed. São Paulo : Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros Passos.

RODRIGUES, Graciele e TAVARES, Maria da Consolação. **Reflexões sobre a educação física para portadores de necessidades educacionais especiais à luz da individualização**. In ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Vol. 21, nº 01, 1999.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Educação física especial para deficientes**. 3 ed. São Paulo : Atheneu, 1991.

ROSALES, Antonio Soto (Org.) **Educación física en niños con necesidades educativas especiales**. Huelva : Universidad, 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro : WVA, 1997.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & exclusão – abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre : Mediação, 1997.